

EDUCAÇÃO SEXUAL: uma abordagem sobre o abuso sexual infantil

Mariana de Sousa Messias¹
Francisca Derlane Silva de Sousa²
Ludmila Antônia da Cunha Santos³
Regiane Oliveira Rodrigues⁴

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo a discussão a respeito da educação sexual, observando a vulnerabilidade de crianças e adolescentes frente aos seus possíveis abusadores e a falta de conhecimento sobre seus corpos e a vida sexual. Neste sentido, tratou-se da importância da disseminação desse tipo de informação na vida dos indivíduos em formação como medida preventiva contra o abuso sexual infantil e como forma de facilitar a identificação desse tipo de crime pelas crianças e famílias fazendo um levantamento de suas causas e efeitos. A partir do que pode ser ensinado nas escolas desmistificando pré-conceitos de como essa ação seria elaborada. Essa pesquisa tem como base o aporte teórico de Flores (1994), Caminha (1994) e Lima (2012) que nos ajudaram a entender com consistência o que a temática engloba e como ela se desenvolve através dos tempos.

Palavras-chave: Educação Sexual, Crianças, Escolas, Abuso, Ação.

INTRODUÇÃO

A pesquisa propõe uma discussão teórica que tem como base as pesquisas realizadas por Flores (1994) e Caminha (1994), a respeito dos traumas adquiridos depois de um abuso sexual e como isso afeta a vida da vítima. Trata-se de uma pesquisa online que destaca o ponto de vista dos autores, com o tema “Educação Sexual” abordando a sua importância nas escolas juntamente as concepções de Lima (2012), que destaca o quanto é importante preparar crianças e adolescentes para a vida sexual de forma segura, chamando-os à responsabilidade de cuidar de seu próprio corpo para que não ocorram situações futuras indesejadas, como a contração de doenças e gravidez precoce.

¹ Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Maranhão -UEMA, mariihsousa9@gmail.com;

² Graduanda pelo Curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Maranhão- UEMA, photoslv@hotmail.com;

³³ Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Maranhão -UEMA, santosludmilla358@gmail.com.

⁴⁴ Professora orientadora: Mestranda em Educação, Universidade Federal do Maranhão - UFMA, regyanejc@hotmail.com.

É interessante ressaltar que, informar jovens e crianças é um dos caminhos para a prevenção e combate ao abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes visto que, muitas famílias não trabalham a sexualidade dentro de casa e acabam passando essa responsabilidade para as escolas. Ademais, a maioria dos abusos são praticados por parentes das vítimas, então, a escola acaba sendo o local mais acolhedor para receber as denúncias por isso, é importante adotar a educação sexual na sala de aula. Para tanto, nota-se a necessidade de discussão, ressaltando a intervenção do meio escolar como forma de dar notoriedade à problemática.

Ensinar a criança e o adolescente a entender sobre o próprio corpo e rever alguns comportamentos sociais corriqueiros, se faz totalmente necessário diante do cenário conturbado que o país enfrenta com relação a exploração e abuso sexual infantil, diante desse cenário a criança é o único ser em situação de vulnerabilidade absoluta. Dessa forma, pode-se compreender a importância dos pais e educadores ao abordarem temas relacionados à sexualidade, com o início dessa conscientização na infância para que a criança já possa crescer mais reflexiva e autoconfiante, reproduzindo menos estereótipos e preconceitos.

Por fim, uma educação sexual integral deve incluir, no debate, temas como consentimento, direito sobre o corpo, normas socioculturais etc. Dessa forma, além de contribuir para adquirir um maior conhecimento a respeito do corpo, incentiva atitudes de igualdade de gênero e autoconfiança.

METODOLOGIA

Refere-se a um estudo cujo a metodologia utiliza de pesquisas bibliográficas, análise de dados estatísticos e sites para uma análise mais aprofundada do tema com base em outros autores a fim de trazer ideias e respostas sobre as problemáticas tal como explicita Gil (1999, pg.65).

Foi realizada a revisão bibliográfica com abordagem qualitativa, tendo como aporte teórico; Flores (1994), Caminha (1994) e Lima (2012) que nos auxiliou a entender com consistência o que a temática engloba e como ela se desenvolve através dos tempos, além de artigos,teses,dissertações,dentre outras fontes.

É desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho desta natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente partir de fontes bibliográficas.

“A análise dos dados nas pesquisas experimentais e nos levantamentos é essencialmente quantitativa. O mesmo não ocorre, no entanto, com as pesquisas definidas como estudos de campo, estudos de caso, pesquisa-ação ou pesquisa participante. Nestas, os procedimentos analíticos são principalmente de natureza qualitativa. E, ao contrário do que ocorre nas pesquisas experimentais e levantamentos em que os procedimentos analíticos podem ser definidos previamente, não há fórmulas ou receitas predefinidas para orientar os pesquisadores. Assim, a análise dos dados na pesquisa qualitativa passa a depender muito da capacidade e do estilo do pesquisador.” (GIL, 2008, p. 175).

EDUCAÇÃO SEXUAL: CONCEITOS E SUA IMPORTÂNCIA

O objetivo da educação sexual é preparar os jovens para uma vida sexual segura, cuidando do próprio corpo, de modo a evitar situações futuras indesejáveis. A importância dessa educação está diretamente relacionada à prevenção de muitas doenças, como doenças sexualmente transmissíveis (IST), gravidez na adolescência ou experiências traumáticas. Além disso, a educação sexual deve ser realizada para solucionar questões delicadas. É fato que existe muita dificuldade para incluir essa temática no dia a dia das crianças dentro da sala de aula, mas é necessário que a equipe pedagógica esteja apta para esclarecer os questionamentos das crianças para que elas entendam o que é o seu corpo, como cuidar e como respeitar o corpo do outro colega.

Segundo Souza (1991), a educação sexual inclui proporcionar condições para que as pessoas aceitem o seu corpo e comportamentos sexuais de forma positiva, livres de medo, preconceito, culpa, vergonha, impedimentos ou tabus. Conforme enfatizado em “ECOS – Pesquisa e Divulgação do Sexo e Reprodução Humana” (ECOS, 2013), a educação sexual deve ser entendida como o direito da criança e adolescente de compreender seu corpo e ter uma visão positiva sobre o sexo; manter uma relação clara em seu relacionamento; ter pensamento crítico; compreender o comportamento de si e dos outros. Pais e educadores devem se preocupar que os jovens conduzam uma educação sexual saudável baseada em valores e hábitos consistentes com sua valorização da vida e dos direitos humanos.

A Organização das Nações Unidas (ONU) acredita que a educação sexual está relacionada à promoção dos direitos humanos, os direitos das crianças e dos jovens e os direitos de todos à saúde, educação, informação e não discriminação. Portanto, as Nações Unidas apoiam a implementação de cursos de educação sexual nas escolas:

Educação sexual é um programa de ensino sobre os aspectos cognitivos, emocionais, físicos e sociais da sexualidade. Seu objetivo é equipar crianças e jovens com o conhecimento, habilidades, atitudes e valores que os empoderem para: vivenciar sua saúde, bem-estar e dignidade; desenvolver relacionamentos sociais e sexuais respeitosos; considerar como suas escolhas afetam o bem-estar próprio e dos outros; entender e garantir a proteção de seus direitos ao longo da vida.” (UNAIDS, Guia técnico para educação sexual).

Na verdade, o currículo atual sobre comportamento sexual começou no Brasil a década de 1980, com foco no aumento de gravidezes indesejadas e taxas de infecção por HIV entre adolescentes. Hoje, além de orientar o uso de anticoncepcionais, outras doenças sexualmente transmissíveis e outros conhecimentos biológicos, a educação sexual para jovens também segue as diretrizes técnicas da Organização das Nações Unidas para a Educação, a cultura e o Esporte (UNESCO).

As diretrizes são baseadas em políticas públicas aplicadas em diferentes países e regiões e levantam questões como privacidade, consentimento, orientação sexual e igualdade de gênero. O órgão mencionou que o conteúdo é adequado para idades de 5 a 18 anos e deve ser adequado para crianças e jovens.

De acordo com os registros do Sistema Único de Saúde (SUS) divulgados em novembro de 2018, de 2011 a 2016, 49,5 mil meninas entre 10 a 19 anos foram estupradas – uma média de 23 por dia. Em 58% dos incidentes, o crime ocorreu dentro de casa: 36% dos agressores eram familiares ou companheiros da vítima. A Organização Mundial de Saúde (OMS) classifica a gravidez na adolescência como uma menina entre 10 a 20 anos. Segundo estimativas da OMS, apenas no Brasil, 13 milhões de meninas dessa idade engravidaram nas últimas duas décadas.

Por isso é de grande importância a Educação Sexual nas escolas, para trazer clareza as crianças, caminhando junto da família. A família como fonte de princípios e a

escola como orientadora. Quebrando o tabu de que a escola não é lugar para falar sobre fazer sexo e sim ensinar e esclarecer questões relacionadas ao sexo.

COMO A EDUCAÇÃO SEXUAL PODE SER INSERIDA DURANTE A AULA?

Em uma entrevista para o jornal online Nexo, a educadora sexual e pedagoga Carolina Arcari, comenta sobre a necessidade de discussão sobre a sexualidade nas instituições de ensino, evidenciando que a educação sexual é uma das ferramentas mais eficientes para o combate contra a violência sexual envolvendo crianças e adolescentes.

É importante ressaltar que, muitas pessoas defendem que a educação sexual seja assunto abordado exclusivamente pela família, e isso, acaba por não acontecer, visto que, na maioria das vezes, os adultos geralmente não se sentem à vontade para conversar com crianças sobre o assunto ou não conseguem criar formas para a abordagem. Arcari aponta também o fato de que 75% dos casos de denúncias de violência sexual envolvem o ambiente familiar, conseqüentemente, se essa educação ficar restringida apenas às famílias, as crianças não poderão ser informadas para estarem em condições de se proteger. Se as famílias não conversam com as crianças, elas, inseridas na sociedade, aprenderão de outras formas, como por amigadas ou pela mídia. A grande problemática é que, isso pode contribuir para que crianças e adolescentes construam uma visão distorcida sobre vida sexual.

É imprescindível esclarecer também que, é função da escola ensinar sobre sexualidade para os alunos, não porque os pais, na maioria das vezes, não sabem como abordá-la, ou porque existem problemas sociais ligados à vivência da sexualidade, como gravidez na adolescência e contaminação por IST e Aids; mas, sobretudo, porque é função da escola como parte do processo de formação integral do aluno. Com relação ao currículo de educação para a sexualidade, não há um consenso, portanto, a Organização das Nações Unidas oferece instruções de como desenvolver e aplicar um currículo para o tema.

Trabalhar a educação sexual nem sempre é uma tarefa fácil. Muitas vezes, os alunos não conseguem expressar suas dúvidas, além da vergonha por parte deles, visto que, os alunos geralmente sentem medo de sua pergunta transformar-se em motivo de piada com os colegas. Diante desse impasse, é necessário criar metodologias que ajudem a esclarecer dúvidas, de

acordo com a idade. Por exemplo, crianças de três a cinco anos já podem aprender a identificar as partes íntimas e o que não pode permitir que façam com o seu corpo.

A partir dos cinco anos, elas podem aprender noções de segurança pessoal, assim como elas já aprendem situações de risco como atravessar a rua, ou sobre o perigo de alguns utensílios domésticos, como facas ou garfos. A partir dos oito anos deve-se iniciar um trabalho de informação sobre as condutas sexuais que são aceitas de acordo com crenças e convicções de cada família.

É interessante levar os alunos para outro local, como o pátio da escola, ou colocá-los em círculo na sala, pois isso diminuirá a tensão, o que deixa a aula mais leve. É considerável entender que, risos podem acontecer durante as aulas e é natural que aconteçam. O professor não deve impedir a espontaneidade do riso, mas propiciar que se manifeste, pois é uma forma de extravasar o constrangimento que, comumente, acompanha ao abordar o assunto.

O ensino da sexualidade não pode se limitar apenas à aula expositiva, ainda que, em vários instantes, ela pode ser necessária, pois há conteúdos básicos que precisam de explanação teórica por parte do professor. Apesar disso, é preciso cuidado para que não seja um monólogo, onde apenas o professor expõe, mas pelo contrário, que ele consiga desenvolver uma aula na qual o aluno participe de forma ativa, conforme defendem Ronca e Escobar (1984, pg.39), na qual o aluno é envolvido, ativamente, no processo de explicação do conteúdo, seja por perguntas na qual o professor realiza, seja pela possibilidade de emitir opiniões, colocação de dúvidas e expressão de sentimentos e outros fatores.

A EDUCAÇÃO SEXUAL DE ACORDO COM AS LEIS QUE NORMATIZAM O ENSINO NO BRASIL

A escola é um ambiente democrático em que estão inseridos diversos indivíduos com identidades distintas. Cabe a escola o pleno desenvolvimento desses indivíduos, levando em consideração aspectos relacionados a saúde e cidadania.

A educação sexual como ensino no ambiente escolar é um tema causador de polêmicas pelo fato de ser um assunto ainda visto por algumas pessoas como privativo apenas para a família. Em contrapartida tem-se uma grande necessidade da aplicação desse

ensino por diversos fatores, desde doenças sexualmente transmissíveis (DST's) até a violência sexual.

Para isso a escola deve abordar temas que ampliem a área de conhecimento do educando, trazendo para a sala de aula assuntos extraescolares que são de grande relevância na sociedade. Tendo em vista a relevância dessa temática atualmente é necessário examinar como os órgãos reguladores da educação se portam diante ponto.

A LDB, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional traz nos princípios do ensino em seu art. 3.º, X, onde menciona “a valorização da experiência extraescolar”; tal experiência deve proporcionar esse conhecimento sobre a sexualidade e suas abordagens, tratando de instruir o educando a como conhecer o seu corpo, se prevenir e agir diante de uma situação de atentado ao seu pudor.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PNCs) veem prevendo a educação sexual a algum tempo, em sua estrutura ele apresenta a inclusão da Orientação Sexual como tema transversal nos currículos. Ele é dividido em duas etapas, sendo a primeira nas fases iniciais (primeiro ao quarto ano) com a apresentação da metodologia de ensino, objetivos e postura da escola e educadores. A segunda etapa nas fases finais do ensino fundamental (quinto ao oitavo ano) já se refere aos conteúdos que serão trabalhados dentro de um espaço específico na escola.

O documento apresenta em sua estrutura um aporte teórico e metodológico bem estruturado com temas contemporâneos de grande relevância. Apresenta metodologias de como se dá a efetivação, promoção e a aplicação da educação sexual no ambiente escolar garantido a cidadania e o respeito mútuo entre as relações de gênero.

O Programa Nacional de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente (PRONAICA), instituído pela Lei nº 8.642/93 lançou em 1994 uma cartilha que promove os cuidados sobre a sexualidade da criança e do adolescente. Sendo assim uma forma de chegar até a população de forma geral, conscientizando adultos, jovens e crianças. De acordo com o artigo 227 da Constituição Federal (Brasil, 1988) prevê que:

“É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”. (CF/1988).

Dessa forma os cuidados com a sexualidade e sua instrução no ensino é dever de ambas as partes, agindo de forma sincronizada, promovendo o conhecimento de forma a conscientizar na prevenção dos males que o entendimento de forma equivocada sobre a sexualidade vista nas mídias causa nas crianças e adolescentes.

O Ministério da Educação tem promovido ações para incluir o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) nos currículos e práticas escolares. A perspectiva é de materializar o que é estabelecido pela Lei 11.525/2007, que modificou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, tornando obrigatória a inclusão do conteúdo relativo aos direitos das crianças e dos adolescentes no currículo do ensino fundamental. MEC (2018).

A atual Base Nacional Comum Curricular (BNCC) homologada em 2017 não apresenta em sua estrutura os conteúdos relacionados a educação sexual ou orientações sobre a sexualidade, sendo suprimidas do documento em seu texto final. Isso se deu por conta das críticas de grupos sociais conservadores contrários ao ensino da sexualidade nas escolas.

Em 2014, o Plano Nacional da Educação (PNE) teve as palavras gênero e orientação sexual suprimidas. A frase “ superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção de igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual” foi modificada e em seu lugar foi publicada “erradicação de todas as formas de discriminação”. Em 2015, foi a vez dos Planos Municipais da Educação, que igualmente tiveram retirados os trechos em que apareciam as palavras diversidade sexual, orientação sexual e gênero (SEMIS, 2017).

Transparece assim um estado de retrocesso de um fator social educacional importante para o desenvolvimento da saúde e cidadania no país, tendo como principais protagonistas grupos conservadores com uma visão arcaica sobre as relações de gênero e sexualidade existentes na sociedade.

ABUSO SEXUAL

Define-se abuso ou violência sexual na infância e adolescência como a situação em que a criança, ou o adolescente, é usada para satisfação sexual de um adulto ou adolescente mais velho, (responsável por ela ou que possua algum vínculo familiar ou de relacionamento, atual ou anterior), incluindo desde a prática de carícias, manipulação de genitália, mama ou ânus, exploração sexual, voyeurismo, pornografia, exibicionismo, até o ato sexual, com ou

sem penetração, sendo a violência sempre presumida em menores de 14 anos (adaptado de ABRÁPIA, 1997).

Na idade medieval o pudor e a moral eram inexistentes, o que facilitava a prática do abuso mesmo que de forma intencional, visto que, os adultos tinham o costume de "brincarem" com as crianças. E esse ato de "brincar" com as genitálias das crianças era um hábito bastante propagado entre as sociedades da época. Eles consideravam que a criança era indiferente a sexualidade e ao prazer, e por esta razão era possível divertir-se com ela dessa maneira. "Os gestos e as alusões não tinham consequência sobre a criança, tornavam-se gratuitos e perdiam sua especificidade sexual – neutralizavam-se mesmo que despojadas na prática de segundas intenções equivocadas" (Áries, 1981, p. 80). Então concluiu-se que, na idade medieval tudo era lícito na frente das crianças, uma vez que a visão naquele tempo era que não existia malícia no toque.

Com o passar do tempo o olhar foi voltado a criança, foram criadas leis de segurança e até direitos que não existiam, no Brasil, a Lei 12.015/2009 integra o Código Penal e protege as vítimas nos casos dos chamados "crimes contra a dignidade sexual", mas mesmo assim os abusos são frequentes, pois a visão a respeito da educação sexual ainda é deturpada e as medidas não apresentam total eficácia, pois infelizmente o perigo não está só lá fora, mas muitas vezes dentro de casa, tal que os abusadores podem estar por trás de vínculos familiares como pais, tios ou vínculos próximos como vizinhos e amigos da família.

De acordo com Cláudia Ribeiro, especialista em violência sexual do departamento de educação da Universidade de Lavras, em Minas Gerais. "um grande passo seria instaurar nos cursos de licenciatura disciplinas obrigatórias que abordem a educação sexual e sobretudo, os casos de violência, para que, diante dos frequentes casos de abuso em sala de aula, os professores estejam preparados para identificá-los e saber quais procedimentos tomar." Implantar um ensino de Educação Sexual nas escolas que seja de boa qualidade é primordial, pois instrui e constrói bases sólidas, inclusive sobre seu corpo e regras sobre ele.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Diante de tais fatos, observa-se que a educação sexual torna-se de suma importância no processo de aprendizagem de crianças e adolescentes e sua ausência pode

ocasionar o aumento de doenças, gravidez na adolescência e uma série de problemas. Os casos de abusos sexuais são alarmantes e discutir sobre essa temática dentro e fora da sala de aula é necessário.

Neste trabalho pudemos aprofundar sobre a emergência da implantação da educação sexual e como é importante a capacitação do corpo escolar para desenvolver metodologias que ocasionem reciprocidade no diálogo

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mediante as ideias abordadas nesse artigo sobre abuso sexual e como a educação sexual coopera para reparar os danos, que o tabu que rodeia essa temática cria, é necessário informações que instrua sobre esse tema tão polêmico, porém necessário a ser discutido no espaço escolar. Para Souza (1991, p. 18) Educação Sexual é:

“Oferecer condições para que um ser assuma seu corpo e sua sexualidade com atitudes positivas, livre de medo e culpa, preconceito, vergonha, bloqueios ou tabus. É um crescimento exterior e interior, onde há respeito pela sexualidade do outro, responsabilidade pelos seus atos, direito de sentir prazer, se emocionar, chorar, curtir sadiamente a vida. É ter direito a esse crescimento com confiança, graças às respostas obtidas aos seus questionamentos, podendo criticar, transformar valores, participar de tudo de forma sadia e positiva, sempre buscando melhores relacionamentos.”

A pesquisa evidenciou que ainda existe uma resistência, por isso a importância dessa abordagem para alargar a visão da sociedade, que não é só sobre sexo, mas prevenção e liberdade de escolha. Devemos contribuir para aprendizagem de crianças e adolescentes com informações libertadoras.

REFERÊNCIAS

Laboratório da Educação. **Como e por que abordar educação sexual nas escolas?** 30 de abril de 2019. Disponível em: < <https://labedu.org.br/como-por-que-educacao-sexual-escolas/>>. Acesso em: 13 mar. 2021.



DANTAS, Gabriela Cabral da Silva. **Educação Sexual**. Brasil Escola. Disponível em: < <https://brasilestela.uol.com.br/sexualidade/educacao-sexual.htm>. Acesso em: 14 mar. 2021.

ECOS – Estudos e Comunicação em Sexualidade e Reprodução Humana. **Promover a educação sexual nas escolas**. Disponível em: < <http://www.polis.org.br/uploads/623/623.pdf>.

Acesso em: 14 mar. 2021.

Educação Sexual: o que é e como funciona em outros países? Disponível em: < <https://www.politize.com.br/educacao-sexual-o-que-e-e-como-funciona-em-outros-paises/> Acesso em: 14 mar. 2021.

LOPES, Raissa. **Educação sexual previne muitas doenças, diz professor**; Brasil de Fato. Belo Horizonte (MG). Disponível em: < <https://www.brasildefatong.com.br/2019/05/14/educacao-sexual-previne-muitas-violencias-diz-professor>>. Acesso em: 14 mar. 2021.

Pfeiffer, Luci e Salvagni. **Visão atual do abuso sexual na infância e adolescência**. Jornal de Pediatria 81, n o 5 (novembro de 2005): s197–204. Disponível em: < <https://doi.org/10.1590/S0021-75572005000700010>. Acesso em: 14 mar. 2021.

Ponte Jornalismo. **Por que é importante falar de educação sexual nas escolas**. 15 de novembro de 2018. Disponível em: < <https://ponte.org/por-que-e-importante-falar-de-educacao-sexual-nas-escolas/>. Acesso em: 14 mar. 2021.

Por que a educação sexual é tão importante para crianças e adolescentes? Disponível em: < <https://revistagalileu.globo.com/Sociedade/noticia/2020/04/por-que-educacao-sexual-e-tao-importante-para-criancas-e-adolescentes.html> Acesso em: 14 mar. 2021.

Mundo Educação. **“Abuso sexual. Abuso sexual: Definição, tipos de violência e denúncia”**. Disponível em: < <https://mundoeducacao.uol.com.br/sexualidade/abuso-sexual.htm>. Acesso em: 15 mar .2021.



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. “**Ministério divulga dados de violência sexual contra crianças e adolescentes**”. Disponível em: < <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2020-2/maio/ministerio-divulga-dados-de-violencia-sexual-contra-criancas-e-adolescentes>. Acesso em: 15 mar. 2021.

Nova Escola. “**A escola pode interromper o ciclo da violência sexual - A escola pode interromper o ciclo da violência sexual**”. Disponível em: < <https://novaescola.org.br/conteudo/1583/a-escola-pode-interromper-o-ciclo-da-violencia-sexual>. Acesso em: 15 mar. 2021.

Todos Pela Educação. “**Educação sexual na escola: para que serve?**”. 2018. Disponível em: < <https://todospelaeducacao.org.br/noticias/para-que-serve-a-educacao-sexual-na-escola/>. Acesso em: 15 mar. 2021.